

18/11/2016 - Telesíntese

Telefônica Brasil vai investir menos no próximo triênio

Valor de R\$ 24 bilhões é menor que os R\$ 24,8 bi já gastos pela companhia entre 2014 e setembro de 2016. Queda no Capex vem acontecendo ano a ano desde 2014, quando chegou ao pico de 20,9% da receita operacional líquida.



A Telefônica Brasil pretende investir menos no próximo triênio – 2017 a 2019 – do que nos três anos entre 2014 e 2016. O dado foi confirmado em fato relevante emitido nesta segunda-feira, 21. No documento, calcula aporte no país de R\$ 24 bilhões dispersos ao longo dos próximos três anos.

Segundo a empresa, o foco principal do plano de investimentos será a expansão da cobertura da rede 4G e ampliação da rede de fibra óptica. A plano ainda precisa passar pelo crivo do próprio conselho de administração da companhia e pode sofrer alterações “diante de eventuais mudanças no ambiente de

negócio e macroeconômico”, diz a nota.

De 2014 até o terceiro trimestre deste ano, a operadora investiu R\$ 24,868 bilhões. O montante vem caindo ano após ano em relação ao faturamento. Em 2014, a relação entre o Capex e receita operacional líquida, excluídos custos com licenças de espectro, era de 20,9%. Em 2015, caiu para 19,7%. Em 2016, até o terceiro trimestre, equivalia a 16,4%.

A redução nos investimento difere da tendência mundial de retomada, previsto por consultoria nesta segunda-feira.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

18/11/2016 - Telesíntese

Operadoras vão investir 0,7% a mais neste ano, no mundo

Faturamento do setor de telecomunicações deve voltar a crescer em 2016, após declínio de 4% em 2015.

As operadoras de serviços de telecomunicações devem investir pouco a mais neste ano em suas redes, conforme dados levantados pela empresa de pesquisa de mercado IHS Markit. A projeção mostra que o Capex deve terminar 2016 apenas 0,7% maior que em 2015, totalizando US\$ 341 bilhões.

A IHS Markit reforça que embora haja necessidade de altos aportes, os grupos de telecomunicações têm optado por estratégias pulverizadas, país a país, o que tende a limitar os investimentos. Depois de drástica queda em 2015, a expectativa é que o Capex mundial de telecomunicações se aproxime do mesmo patamar visto em 2014 apenas em 2020.

“Esse é o resultado de baixo crescimento na América do Norte, EMEA (Europa, Oriente Médio e África) e Cala (América Latina e Caribe), que só é prejudicado pelo declínio do investimento na Ásia, principalmente na China”, analisa Stéphane Téral, diretor da pesquisa divulgada hoje, 21, pela IHS Markit.

Segundo a empresa, a Europa vai ter a maior am-

pliação dos investimentos no ano, puxada pelo gasto com expansão da rede de banda larga fixa em fibra (FTTX). Os dispêndios com telefonia móvel e time-division multiplexing (TDM) devem cair. O gasto com software crescerá mais de dois dígitos, e deve encerrar 2016 representando quase metade do Capex total.

A conta da IHS leva em consideração operadoras e ISPS. As telcos devem representar 88% do Capex mundial do setor. A Ásia será o maior mercado, com 42% dos gastos, seguido de perto por América do Norte, com quase o mesmo montante.

O relatório também aborda o faturamento das companhias. Segundo a empresa, o setor deve voltar a crescer este ano, após um declínio de mais de 4% em 2015 nas receitas mundiais. Este ano, o crescimento deve girar na casa do 1%, somando US\$ 1,93 trilhões. Novamente, a Ásia desponta como maior mercado, embora o mais lucrativo seja o norte-americano.

18/11/2016 - Telesíntese

Setor de Telecom aumenta participação no “conselhão” de Temer

Felix, da América Móvil e Navarro, da Telefônica integram o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que assessora o presidente Michel Temer

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado em 2013 pelo governo Lula para assessorar o presidente da República, vai ser reunido na próxima segunda-feira, dia 21. Composto por empresários e representantes da sociedade civil, conforme o perfil de cada governante, o “conselhão” como é conhecido, foi 90% renovado na gestão de Michel Temer.

E o setor de telecomunicações acabou ampliando a sua participação.

O presidente do grupo América Móvil, José Anto-

nio Felix, único representante do segmento na gestão Dilma, estará ladeado por Eduardo Navarro, que acaba de assumir a presidência do grupo Telefônica Brasil.

No grupo, estão também o publicitário Nizan Guanaes, o ator Milton Gonçalves, o ex-jogador Raí, os empresários Laércio Cosentino (Totvs), Luiza Trajano (Magazine Luiza), Abílio Diniz (BRF), Sergio Gallindo (Brascom), entre outros.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

18/11/2016 - Convergência Digital

Comissão aprova repasse do FISTEL para combate ao cibercrime

É ainda a primeira etapa, mas avançou nesta semana um dos 'filhos' da CPI dos Crimes Cibernéticos – o PL 5201/16, que autoriza o repasse de até 10% das transferências ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para as polícias judiciárias estaduais e federal.

A justificativa é de que as polícias precisam de recursos para combater os crimes cometidos com o uso da internet. A defesa do projeto alega expressamente que a mordida sobre o Fistel se dá porque este tem mesmo dinheiro, enquanto a segurança pública não.

“ A utilização de recursos do Fistel e não do FNSP é justificada com base no fato de que os recursos do FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública, que dispõe sobre provisão legal específica para suporte de projetos na área de segurança pública, possui recursos insuficientes e parca execução orçamentária.”

Mas se a exemplo das outras propostas da CPI o

projeto em si já seria controverso, o relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara, Alexandre Baldy (PTN-GO), pôs mais molho ao determinar que o dinheiro seja aplicado em “ monitoramento preventivo” .

O projeto altera a Lei 5070/66, que criou o Fistel. A CSP é a primeira das comissões a analisar o PL 5201/16, que ainda segue para a de Ciência e Tecnologia, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça. Até aqui, o texto aprovado é o seguinte:

“ Até 10 % (dez por cento) das transferências para o Tesouro Nacional poderão ser utilizados pelos órgãos da polícia judiciária de que trata o artigo 4o da Lei o 12.735, de 30 de novembro de 2012, para a realização exclusiva de atividades de monitoramento preventivo, ostensivo e investigativo de crimes cibernéticos.

21/11/2016 - Convergência Digital

Anatel publica TAC da Telefônica que troca R\$ 2,2 bi em multas

A Anatel publicou nesta segunda, 21/11, no Diário Oficial da União, a aprovação do acordo de troca de multas por investimentos nos termos negociados com a Telefônica/Vivo. Ao todo, o Termo de Ajustamento de Conduta envolve R\$ 2,2 bilhões em multas não pagas, a serem transformados em aportes de R\$ 4,87 bilhões ao longo de quatro anos.

Os termos ainda precisam ser aprovados pelo Tribunal de Contas da União, que desde o caso inicial da Oi – ainda pendurado – determinou à agência que aguarda a palavra final do órgão de controle. No caso da Telefônica, a base do acordo é o compromisso com a elevação do índice de qualidade de serviços, atualmente em 67,98%, para 100% ao longo do período de validade do TAC.

Entre as medidas envolvidas, a empresa terá que assumir compromissos de ampliação da capacidade e

cobertura da rede celular (com fibras até 420 ERBs), o que passa também por implantar 3G em 39 de 53 cidades onde a empresa só oferece 2G.

Além disso, a proposta prevê a ampliação do backbone em 7,2 mil quilômetros (em 62 novos municípios), modernização do core da rede (substituição de 60 centrais telefônicas e 40 DWDM), atualização da planta residual de orelhões (a que sobrar depois e a implantação de 4G em 152 municípios com mais de 100 mil habitantes – nessa caso, no lugar de 141 municípios (em 18 estados) que a operadora deveria ter coberto com sobras da faixa de 900 MHz (que serão devolvidas). Finalmente, a Telefônica/Vivo terá que estender redes de fibra até a casa em 100 municípios do país – 35 deles em São Paulo, os demais 65 em outros estados.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/11/2016 - Vermelho

Renato Rabelo: O Brasil diante de um grande impasse

O procedimento da coalizão golpista de atrelamento do Brasil a uma ordem mundial em declínio, combinada com sua linha de desmonte dos avanços sociais e de desmedido e duro ajuste fiscal -- em plena recessão econômica -- virou fumaça a propalada promessa de que, destituindo a presidenta Dilma, voltaríamos a ter no país o "impulso de confiança" mais revigorado dos "mercados".

O golpe jurídico-parlamentar implanta uma nova ordem conservadora e dá marcha à ré em conquistas históricas no Brasil, para aquém da Constituição de 1988. Mas, o curso pós-golpe, marcado por largo retrocesso nacional, está inserido em um contexto mais vasto, sinalizado por tendências profundas e complexas, que imprimem aceleradas transformações na evolução do sistema internacional de nosso tempo.

Sem a percepção desse contexto mais amplo torna-se incompreensível distinguir em meio à desordem, instabilidade e a incerteza prevaletentes, os reais desafios a serem confrontados, e o rumo e caminho viável a ser seguido.

A evolução do sistema internacional no contexto dos processos de globalização financeira, que marcaram a evolução capitalista nas últimas décadas, intensificou exponencialmente os mecanismos de financeirização. Essa evolução compreende tendências fundamentais na ordem mundial atual: 1) Decomposição estrutural relativa da hegemonia unipolar dos Estados Unidos, com crescente multipolarização do sistema de relações internacionais e a emergência de novos pólos de poder, que não compunham o núcleo central; 2) Grande crise sistêmica do capitalismo, desde 2008, mais profunda do que a de 1929, ainda sem superação à vista, prevendo-se ainda longo período de incertezas; 3) Crescimento gigantesco das forças produtivas, a serviço de sociedades cada vez mais desiguais, culminando na denominada Indústria 4.0, ou a "quarta revolução industrial".

Então, onde nos situamos em meio a todo esse entroncamento histórico?

A consumação da grave ruptura da ordem democrática nacional no Brasil impôs um governo que

se coloca na contramão das tendências avançadas contemporâneas. Esse governo, produto de um atalho golpista, tem como norte atrelar o país na via oposta às tendências que abram caminho à nova ordem política, econômica e social, sendo assim seu propósito: A coalizão golpista muda o rumo a fim de desatrelar o Brasil da linha de integração da região e da transição a uma ordem mundial multipolar, passando a prevalecer a volta ao realinhamento geopolítico automático com o imperialismo estadunidense e seu instrumento de guerra, em parceria com as potências europeias, a OTAN; o governo Temer atrela sua política à mesma política da oligarquia financeira dominante -- o topo rico e rentista da pirâmide social -- dos países centrais, cuja lógica essencial tem sido, desde a crise de 2008, resgatar as grandes corporações financeiras, à custa de forte expansão do endividamento público e, pois, abandonando a maioria da população; disso desponta um começo de reviravolta no centro do sistema, em Washington e Bruxelas, como a vitória do outsider Donald Trump nos Estados Unidos e da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) -- são contradições entre os extratos dominantes do capitalismo e inter-imperialista, da época atual neoliberal, na busca de saída da grande crise sistêmica e da reversão da erosão de suas hegemonias; o governo impostor brasileiro abandona os novos projetos de desenvolvimento nacional soberano, com políticas ativas de distribuição de renda, recém-iniciadas na viragem progressista continental, iniciada em final de 1998, e levando a indústria nacional a um maior distanciamento do período atual de moderna inovação tecnológica.

Por esses procedimentos da coalizão golpista de inserção do Brasil a uma ordem em declínio, combinada com sua linha de desmonte dos avanços sociais e de desmedido e duro ajuste fiscal em meio a prolongada recessão econômica, virou fumaça o propalada promessa de que, destituindo a presidenta Dilma, voltaria o "impulso de confiança" mais revigorado dos "mercados".

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/289957-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

18/11/2016 - Vermelho

Valor que Lava Jato devolve à Petrobras não paga estrago na economia

O Ministério Público Federal convocou uma entrevista coletiva em Curitiba para anunciar, nesta sexta (18), a devolução à Petrobras de R\$ 204,2 milhões recuperados por meio de acordos de colaboração e de leniência firmados a partir da Lava Jato. Perto dos estragos que a operação causou à economia brasileira, o valor parece irrisório, aponta Divanilton Pereira, diretor da Federação Única de Petroleiros (FUP).

A restituição dos recursos foi divulgada com alarde, em entrevista da qual participou o presidente da Petrobras, Pedro Parente. "Trata-se da maior devolução de recursos já feita pela justiça penal", disse a procuradora Paula Conti Thá, ao lado do procurador Deltan Dallagnol.

A jogada de marketing não apaga o fato de que a Lava Jato, ao fazer o correto combate à corrupção, deixou um rastro de destruição na economia brasileira, em especial na cadeia produtiva de petróleo e gás: obras paralisadas, corte de investimentos e muitas, muitas demissões.

Para Divanilton Pereira, chega a ser "irritante" a notícia do montante que será devolvido à Petrobras, porque é incomparável com os prejuízos acarretados não apenas à estatal, como à economia brasileira como um todo. "Esse valor é insignificante diante do estrago que a Operação Lava Jato causou no PIB brasileiro, sobretudo na indústria e, especialmente, no setor petrolífero e naval", disse.

"Se a Lava Jato devolvesse à Petrobras 100 vezes esse valor, não seria suficiente para devolver o funcionamento das empresas, dos empregos, da engenharia nacional, da tecnologia nacional", completou.

Segundo ele, os impactos negativos se estendem à toda a cadeia produtiva de petróleo e gás. "Quando você compara com o estrago no PIB você vê que esses R\$ 200 milhões são uma mixaria, diante do impacto da Lava Jato", apontou.

Segundo dados da consultoria Tendências, da queda de 3,8% do PIB (Produto Interno Bruto) de 2015, 2 pontos estariam relacionados aos prejuízos acarretados pela operação. Houve quem falasse em 2,5 pontos percentuais. A maioria das consultorias calculou um impacto de cerca de 120 bilhões de reais na economia. A GO Associados, estimou, no ano passado, que os efeitos diretos e indiretos da Lava Jato deveriam custar mais de 2 milhões

de empregos em até dois anos.

Cerca de 31 bilhões de reais em projetos aprovados de aeroportos, rodovias e mobilidade urbana, com capacidade de gerar 900 mil empregos, segundo cálculo da revista Carta Capital, estão parados porque o financiamento com o BNDES contratado com as vencedoras das licitações, envolvidas na Lava Jato, não sai.

Diante deste cenário, muitos analistas temem que as empresas nacionais terminem sendo substituídas pelas estrangeiras – o que seria um duro golpe na indústria brasileira.

O jornalista Fernando Brito calculou, em postagem no blog Tijolaço, que os R\$ 204 milhões devolvidos pela Lava Jato à Petrobras equivalem a menos da metade de um dia de produção de petróleo da petroleira. "Sim, exatamente isso. Porque R\$ 204 milhões de reais, com um preço de 50 dólares o barril e R\$ 3,40 o dólar, equiparam-se a 1,2 milhão de barris, metade do que é produzido em média só no Brasil", escreveu.

Segundo ele, "um único poço do pré-sal que tenha atrasado um mês por conta das confusões em que meteram a empresa produziria este valor em petróleo durante este período em que deixou de funcionar", disse, destacando que os malfeitos na estatal têm que ser combatidos e o dinheiro desviado, devolvido.

"Mas quem vai repor os prejuízos que o povo teve com todos os atrasos e adiamentos que a empresa sofreu em seus planos de exploração por conta do escândalo e do espalhamento com que tudo foi feito?", questiona.

De acordo com o MPF, o valor ressarcido à Petrobras nesta segunda é resultado de 21 acordos. Destes, 18 são de colaboração premiada, celebrados com pessoas físicas, e três de leniência, que foram fechados com pessoas jurídicas. O MPF informou que, até o momento, 70 acordos foram feitos no âmbito da Operação Lava Jato, além de seis acordos de leniência e de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Segundo os procuradores, esta é a terceira e a maior devolução de recurso para a petroleira dentro da Lava Jato e, ao todo, foram devolvidos cerca de R\$ 500 milhões. Para o delegado da PF Maurício Grillo, o valor entregue à estatal nesta sexta é "simbólico", mas é importante. Um "incentivo", avaliou.

18/11/2016 - Rede Brasil Atual

Ser humano está à frente do poder econômico, diz ministro do TST

Ao citar terceirização ampla e tese do negociado sobre o legislado, jurista lamenta retorno de ideias "enterradas no passado" e vê ameaça à Constituição e ao Estado de direito

A terceirização irrestrita e a prevalência do negociado sobre o legislado, duas das principais propostas de flexibilização das leis trabalhistas em discussão no país, pertencem ao passado, contrariam a Constituição e o próprio Estado democrático de direito, na visão do jurista Mauricio Godinho Delgado,

ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Também embutem sofismas e perversidade, disse o magistrado, ao abrir, ontem (17) à noite, em São Paulo, um encontro nacional de advogados trabalhistas. "Se o objetivo das reformas é buscar a segurança jurídica, basta cumprir a orientação jurisprudencial, que fixa balizas muito claras", declarou Godinho, pouco antes de iniciar a sua palestra, durante a qual representantes da magistratura e da advocacia fizeram críticas ao que chamam de tentativas de "desmonte" do Judiciário.

No tribunal desde 2007, Godinho é um dos 18 ministros do TST, de um total de 27, que assinaram ofício encaminhado no final de outubro à presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, com críticas ao ministro Gilmar Mendes, que recentemente fez ataques ao Judiciário trabalhista, falando em favorecimento ao trabalhador e prejuízo às empresas. Durante sua palestra no evento – promovido pela Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat) e pela Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) –, o magistrado não fará referência ao episódio, mas defenderá a Constituição brasileira, por seus princípios "humanísticos e sociais" próprios do Estado democrático de direito, pondo "a pessoa humana à frente do poder econômico, no vértice, no ponto mais importante da ordem jurídica".

Em relação à tese do negociado sobre o legislado, o



ministro do TST disse que à negociação coletiva cabe aperfeiçoar as condições e as relações do trabalho, "não tendo o propósito histórico e constitucional" de piorá-las. E contestou quem fala em "engessamento" da lei como fator prejudicial à economia. "Não tem sentido transformar o sindicalismo em instrumento

de precarização trabalhista. A legislação tem o papel de incrementar a força do mercado interno, estimulando a atividade empresarial pelo aumento do número de consumidores, o que demonstra que ela não impede o desenvolvimento da economia brasileira. Esse argumento não é comprovado pelos fatos. Se o indivíduo não tiver um nível adequado de proteção trabalhista, ele não se realiza como pessoa e ao mesmo tempo não integra o mercado consumidor, não favorecendo a própria economia", afirmou Godinho.

Sobre a terceirização, o ministro do TST defendeu limites à prática, para evitar uma precarização "inapelável" da força de trabalho. Uma terceirização irrestrita, acrescentou, eliminaria inclusive as categorias profissionais, em desrespeito à Constituição de 1988. "Além disso, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em sua Constituição, de 1944, proíbe que o trabalhador seja transformado em mercadoria, enquanto que a Constituição da República afirma o princípio da centralidade da pessoa humana na ordem jurídica", argumentou. "Dessa maneira, a terceirização generalizada inverte gravemente a estrutura e a principiologia constitucionais."

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/11/propostas-de-flexibilizacao-contrariam-estado-de-direito-diz-ministro-do-tst-7577.html>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

18/11/2016 - Rede Brasil Atual

Para centrais, mercado acima da lei seria fim do Direito do Trabalho

Entidades sindicais apontam ações de fragilização da Justiça do Trabalho ocorrendo ao mesmo tempo em que governo, empresários e juízes do STF tentam impor negociado sobre o legislado e terceirização irrestrita



Ataques recentes à Justiça do Trabalho acontecem "no mesmo momento em que o governo, o empresariado e juízes do Supremo Tribunal Federal querem impor o primado do negociado sobre a CLT e a terceirização da atividade-fim", afirmam as seis centrais sindicais formalmente reconhecidas, em manifesto. "O que se pretende, em nome da modernização da legislação, é que o todo poderoso mercado, comandado pelo empregador, seja livre para definir as relações de trabalho, situando-se à margem e acima da Lei", dizem as entidades no documento.

Para as centrais, a "supremacia" do mercado sobre a lei pode significar o fim do Direito do Trabalho. "A fragilização da Justiça do Trabalho é um passo nesta direção." Os sindicalistas destacam o fato de que as tentativas de retirada de direitos sociais e trabalhistas

aconteçam simultaneamente a medidas para enfraquecer "instituições de defesa dos trabalhadores", como cortes orçamentários.

"É o que vem ocorrendo sob o pretexto – declarado publicamente pelo ministro Gilmar Mendes, do STF – de que o Poder Judiciário concede direitos em demasia aos trabalhadores brasileiros", afirmam CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT.

"Não restam dúvidas de que está em curso uma ofensiva mais ampla do empresariado e das forças conservadoras cujo objetivo não é só o enfraquecimento e a extinção da Justiça do Trabalho, mas o fim do próprio Direito do Trabalho", acrescentam as entidades. "As propostas de reformas trabalhista e previdenciária, a flexibilização dos direitos, a terceirização geral e irrestrita da economia, a retomada do projeto de privatizações, o congelamento dos gastos e investimentos públicos e a prorrogação e ampliação da DRU (Desvinculação das Receitas da União) são iniciativas orientadas neste sentido."

"O enfraquecimento das instituições de defesa dos trabalhadores compreende ainda o desaparecimento das entidades sindicais e o fim do custeio sindical, bem como a sistemática desvalorização dos instrumentos coletivos negociados, a utilização abusiva dos interditos proibitórios, o cerceamento do direito de greve e a restrição à liberdade sindical prevista no caput do art. 8º, da Constituição Federal de 1988", alerta o documento.